

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 940

Inércia do STF coloca Judiciário em posição subalterna aos interesses do Executivo

Na retranca do Governo Judiciário tem que atacar

Delegados na reunião ampliada da Fenajufe aprovaram por unanimidade manter a greve

O governo já entrou neste jogo disposto a jogar na retranca e não tomar gol. O STF até o momento aposta na mesma tática de não ir para cima do adversário para defender seu próprio projeto de lei. O legislativo, depois de algumas trocas de passes resolveu chutar a gol e aprovou o PCS por unanimidade na Comissão do Trabalho mesmo com maioria da base aliada do governo. Os servidores, únicos que jogam no ataque desde o início da greve, decidiram por unanimidade ontem manter a greve, única forma efetiva de pressão para vencer essa nossa copa, aprovando o PCS.

O Ministro Peluso, contatado ontem no intervalo da sessão disse aos representantes dos servidores que requeressem audiência e se negou a conversar. Os pedidos de audiência da Fenajufe, no entanto, já formam uma pilha no seu gabinete sem que algum tenha sido atendido. A posição do presidente do STF de não dialogar com os servidores e apostar na repressão ao movimento é indigna de um Poder que faz campanha publicitária afirmando “Conciliar é legal”. Sua atitude passa à sociedade que a campanha é mera enganação e que resolver os conflitos conversando só é legal para os outros.

Se o Executivo e o Judiciário parecem fazer um jogo de cumpadres, nesta semana o Legislativo resolveu entrar em campo ao aprovar por unanimidade o PCS na Comissão do Trabalho e iniciar articulações para além da simples aprovação em comissões. O deputado catarinense Cláudio Vignati, comprometeu-se

a assumir a relatoria do projeto na Comissão de Finanças e, principalmente, encaminhar negociações com o Ministério do Planejamento para buscar um acordo no mais breve prazo possível. O fato é importante pois ele é um dos especialistas em orçamento na Câmara e tem tido êxito em difíceis negociações de projetos que envolviam gastos para o governo. Foram fundamentais as articulações feitas pelo Comando de Greve juntamente com o Assessor Parlamentar da Fenajufe, o Toninho do DIAP.

A tática agora é cercar Peluso e convencê-lo a entrar em campo em defesa de um projeto do Judiciário, assinado pelo STF e por todos os tribunais superiores e cercar o governo pelas suas próprias bases para ter o acordo fechado antes da última semana de junho. Apesar das liminares na grande maioria dos estados a greve segue firme. Em Brasília, onde o movimento se faz ver aos três poderes, a greve segue com fôlego apesar do sindicato estar sendo alvo de uma abusiva multa diária de 100 mil reais. Os ataques ao direito de greve desferidos por quem deveria defendê-lo – o Judiciário – colocam em cheque a legitimidade democrática deste poder perante uma sociedade formada em sua ampla maioria por trabalhadores, detentores desse direito. Como em todas as ocasiões em que o poder estabelecido extrapola os limites de seu mandato, a resposta que obtém da sociedade é a resistência e a luta para restabelecer a ordem democrática. É o que está acontecendo presentemente com a greve do judiciário.

Delegados da ampliada aprovam, de forma unânime, manutenção da greve pela aprovação dos PCs

BRASÍLIA – 16/06/10 – Em mais um importante encontro nacional durante a greve pela aprovação dos PCs do Judiciário Federal e do MPU, servidores de vários estados do país aprovaram, por unanimidade, a continuidade da greve por tempo indeterminado. Durante os debates, os 112 delegados, que lotaram o Salão Azul do Hotel Nacional, avaliaram que diante da falta de um acordo entre as cúpulas do Judiciário, da PGR e do Executivo, em relação à previsão orçamentária para a aprovação dos novos planos, a única saída é manter a greve e intensificar as mobilizações nos próximos dias, aumentando as pressões para que os PLs 6613/09 e 6697/09 sejam finalmente aprovados no Congresso Nacional.

Além de reafirmar a necessidade da continuidade da greve, os delegados e observadores criticaram a postura dos tribunais, que têm cerceado o direito de greve dos servidores públicos, ao aprovarem liminares determinando que os grevistas voltem ao trabalho. Na maioria das intervenções, os servidores questionaram essas decisões e consideraram que a categoria deve responder a esses ataques com a intensificação da luta em todo o país.

Para o coordenador de plantão em Brasília, Evilásio Dantas, apesar de o PL 6613/09 ter sido aprovado na Comissão de Trabalho nesta quarta-feira [16], a categoria precisa manter os trabalhos paralisados, uma vez que ainda não há nenhum acordo fechado entre o STF e o governo Lula. “Apesar da conquista de hoje na Ctasp, por força da mobilização em nível nacional, precisamos avançar ainda mais nas paralisações, trazer caravanas a Brasília com o maior número de pessoas possível, para que na próxima semana tenhamos a maior mobilização de nossa história e a finalização das negociações”, ressalta Evilásio.



Grande Ato ontem no TRE mobiliza a categoria



Sindicatos do estado participaram da assembleia no TRT



Nildão em Brasília na Comissão de Trabalho

**ASSEMBLEIA GERAL HOJE,
QUINTA-FEIRA, DIA 17, ÀS 16h NO TRT.
VENHA PARTICIPE!
UNIDOS SOMOS MAIOR!**